

Perspectivas dos estudos críticos do discurso para análise de comentários antidemocráticos no Instagram do Tribunal Superior Eleitoral

Perspectives from critical discourse studies for anti-democratic comments on the Superior Electoral Court's Instagram webpage

Pedro Gustavo Rieger¹
Luana Garbin²

Resumo: Este trabalho combina princípios dos Estudos Críticos do Discurso (Fairclough, 2018; 2001; 1989; Richardson, 2018) e da Linguística Sistêmico-Funcional (Bloor; Bloor, 2018; Halliday; Matthiessen, 2014) para análise de comentários públicos feitos no Instagram do Tribunal Superior Eleitoral no Brasil. Foram analisados 68 comentários feitos em 7 postagens produzidas pelo Tribunal após o anúncio do resultado das eleições presidenciais no ano de 2022. A descrição linguística dos dados revela que os autores dos comentários predominantemente (des)qualificam o Tribunal Superior Eleitoral como uma instituição sem credibilidade, as urnas eletrônicas como instrumentos inseguros, e o resultado eleitoral como uma fraude. Por sua vez, a análise discursiva busca contextualizar esses comentários em relação à conjuntura política brasileira sob a racionalidade governamental fascista do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Por fim, foram feitas 11 recomendações que buscam contribuir para um direcionamento da ação política com o objetivo de superar os problemas associados à produção, circulação e consumo de discursos antidemocráticos.

Palavras-chave: Estudos Críticos do Discurso; discursos antidemocráticos; Linguística Sistêmico-Funcional; Tribunal Superior Eleitoral; Instagram.

Abstract: This study combines theoretical and methodological principles belonging to Critical Discourse Studies (Fairclough, 2018; 2001; 1989; Richardson, 2018) and Systemic Functional Linguistics (Bloor; Bloor, 2018; Halliday; Matthiessen, 2014) to the analysis of public comments made on the Brazilian Superior Electoral Court's Instagram webpage. A total of 68 comments in posts produced after the publication of the result of the Brazilian presidential election in 2022 were analyzed. Linguistic description reveals that the authors of these comments predominantly (de)qualify the Superior Electoral Court as an institution lacking credibility, electronic voting devices as unsafe, and the electoral result as a fraud. Moreover, the discursive analysis presented aimed to contextualize such comments in relation to the Brazilian political circumstances under the fascist governmental rationality of the former president Jair Messias Bolsonaro. In that sense, it aimed to discuss which elements of the social order influence the production of anti-democratic discourses, as well as their social impacts. Finally, 11 recommendations to tackle anti-democratic discourses were provided with the aim of supporting political action.

Keywords: Critical Discourse Studies; anti-democratic discourses; Systemic Functional Linguistics; Superior Electoral Court; Instagram.

¹ Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Maceió, AL, Brasil. Endereço eletrônico: pedro.rieger@fale.ufal.br.

² Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários, Florianópolis, SC, Brasil. Endereço eletrônico: lu.garbin.lg@gmail.com.

Palavras iniciais e contexto de investigação

Primeiramente, esta é uma pesquisa situada no campo dos Estudos Críticos do Discurso (Fairclough, 2018; 2001; 1989; Richardson, 2018), em que buscamos investigar comentários feitos na página do Tribunal Superior Eleitoral na rede social Instagram após o anúncio do resultado das eleições presidenciais no Brasil em outubro de 2022. Mais especificamente, focamos nos comentários feitos em postagens produzidas pelo Tribunal em relação ao processo eleitoral, à credibilidade das urnas eletrônicas e de atores sociais participantes.

Nossa motivação para a condução desta pesquisa parte de um compromisso com a agenda dos Estudos Críticos do Discurso que, em seu status contemporâneo, não somente reconhece o papel da explicação e explanação dos problemas sociais, como também preconiza e prioriza que as análises discursivas devem apresentar linhas de ação política que nos permitam superar os problemas que analisamos (Fairclough, 2018; 2001). Nesse sentido, ao observarmos os recorrentes ataques à democracia brasileira, ao processo eleitoral e às instituições democráticas, compreendemos ser necessário, a partir de uma análise mais minuciosa do aspecto semiótico desses ataques e de sua conjuntura, apresentar possíveis ações que tenham potencial para alterar esta atual ordem discursiva - estendendo seus efeitos, desse modo, à própria ordem social.

Considerando o que foi exposto acima, o problema norteador desta pesquisa consiste na seguinte pergunta: como os interlocutores reagem textualmente às postagens feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral no Instagram relacionadas ao processo eleitoral, aos seus resultados e aos participantes?

É possível considerar ao menos três dimensões que sustentam a relevância de investigar o problema de pesquisa apresentado, sendo estas as dimensões social, pedagógica e científica. No que diz respeito à sua relevância social, esperamos que este estudo possa contribuir para um entendimento mais aguçado acerca dos aspectos semióticos assumidos por movimentos antidemocráticos. Além disso, esperamos que possa contribuir com a formulação de linhas de ação, por parte das instituições democráticas, com foco no combate das práticas e dos atores sociais que protagonizam esses movimentos. Quanto à sua relevância pedagógica, esperamos que este estudo possa ser utilizado como referência em cursos voltados aos Estudos do Discurso, na medida em que conduzimos uma análise que combina princípios teóricos desse campo e de outras disciplinas, como é o caso da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday; Matthiessen, 2014; Bloor; Bloor, 2018; Fairclough, 1989). Não obstante, esperamos que o estudo possa aprofundar os diálogos transdisciplinares constituídos entre o campo dos Estudos Críticos do Discurso e disciplinas, por exemplo, do campo das Ciências Políticas. Por fim,

quanto à sua relevância científica, esperamos contribuir para a construção de um estado da arte consolidado na comunidade científica quanto às formas de produção e circulação de discursos antidemocráticos - o que, a nosso ver, deve ser investigado e documentado de diferentes perspectivas epistemológicas e em diferentes e sucessivos momentos e eventos históricos - para uma compreensão mais abrangente do problema e que possa, inclusive, orientar análises e decisões judiciais quanto aos usos que atores sociais responsáveis pela construção de agendas antidemocráticas fazem de recursos semióticos diversos.

Tendo em mente a justificativa apresentada, bem como o problema de pesquisa formulado, delineamos as seguintes ações de pesquisa, que por sua vez consistem nos objetivos específicos deste estudo: a) investigar, nos comentários selecionados, como os interlocutores se referem à instituição Tribunal Superior Eleitoral; b) investigar, nos comentários selecionados, como os interlocutores se referem ao resultado do processo eleitoral; e c) investigar, nos comentários selecionados, como os interlocutores se referem às urnas eletrônicas.

Feitas essas considerações, passamos agora à apresentação de estudos relacionados aos movimentos e discursos antidemocráticos, como forma de descrever uma parte do atual estado da arte acerca dessa questão.

Estado da arte

Ao analisarmos o conjunto de produções científicas que versam sobre os temas *discursos antidemocráticos, eleições/Brasil* e *discursos antidemocráticos/redes sociais*, observamos que a produção, circulação e o consumo de tais discursos não constituem um fenômeno novo no campo das disputas políticas no Brasil. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno recorrente que tem ganhado novos contornos a partir de seu impulsionamento e massivização por membros da sociedade civil, plataformas digitais, e até mesmo figuras de autoridade política. Tais contornos incluem ataques diretos às instituições democráticas, ao sistema eleitoral brasileiro, à mídia e a atores sociais específicos de campos progressistas. Abaixo, apresentamos três destes estudos, que exemplificam modos e veículos de ações discursivas antidemocráticas.

A título de exemplo, podemos observar como eram operacionalizados discursos que circulavam na rede social Twitter no período da eleição presidencial brasileira, em 2018, tomando por base os resultados encontrados por Recuero (2020) ao investigar *tweets* e *retweets* contendo desinformações quanto às urnas eletrônicas na rede social. A partir de um conjunto de dados contendo 84.577 *tweets* e 276.875 *retweets* em postagens de cunho político, a autora

analisou as 50 ocorrências com maior número de compartilhamentos. Nesse cenário, constatou que os textos que legitimam suas informações com base em figuras de autoridade pessoal e/ou meios de legitimação moral tiveram maior engajamento. Além disso, ao observarmos os dados analisados em seu estudo, nos deparamos com ataques às urnas eletrônicas que questionam sua segurança e credibilidade - ataques estes perpetrados e baseados em falsas informações de que as urnas poderiam escolher os candidatos após a inserção de um único dígito; de que as urnas estariam anulando votos do candidato Jair Messias Bolsonaro; de que as urnas finalizariam os votos antes da escolha do candidato; de que urnas não apresentariam a opção para votar em presidente; de que as urnas estariam votando sozinhas; de que mesário(s) estariam confirmando a fraude nas urnas; de que urnas estariam direcionando votos ao Partido dos Trabalhadores; de que as urnas não apresentavam fotos do candidato Jair Messias Bolsonaro; de que países desenvolvidos não aceitam urnas eletrônicas; e de que as urnas eletrônicas teriam sido adulteradas, entre outras.

Esses discursos tiveram continuidade após o segundo turno das eleições presidenciais em 2018. Nesse sentido, podemos observar como Bernardi e Moraes (2021) descrevem o cenário posterior ao segundo turno das eleições no Brasil, marcado pela produção, circulação e pelo consumo de notícias falsas e pela atuação de robôs nas mídias sociais. Conforme apontam as autoras, parte dessas notícias falsas era impulsionada pelo então candidato eleito à presidência, Jair Messias Bolsonaro, e tinha como objetivo atacar instituições democráticas e setores da mídia que o direcionassem críticas - dando início, assim, e quando já eleito presidente da república, a um fenômeno de descredibilização das instituições, da imprensa, das mídias e de qualquer processo de comunicação que fugisse de seu controle pessoal.

Esse recorrente investimento na descredibilização das instituições pelo candidato eleito ao mais alto cargo do poder Executivo no Brasil provocou um fenômeno que se reflete em números: as autoras apontam, com base em uma pesquisa do IBOPE realizada no ano de 2018, que

[...] quase 40% das pessoas afirmaram ter quase nenhuma confiança nos meios de comunicação [...] [e] confiam mais nas informações recebidas por seus círculos próximos, familiares e amigos (apenas 8% e 21,4% afirmaram ter nenhuma/quase nenhuma confiança, respectivamente), muitas vezes recebendo fake news em grupos fechados do WhatsApp, que não são rastreáveis (Bernardi; Moraes, 2021, p. 313).

Podemos observar, portanto, uma mudança nos graus de autoridade atribuídos aos diferentes veículos de circulação de informações: se por um lado a mídia tradicional perdia força e credibilidade diante dos ataques endossados pelo candidato eleito à presidência da

república, por outro, grupos privados criados em aplicativos de comunicação instantânea passaram a ser uma das principais fontes de informação do eleitorado - o que potencializou, exponencialmente, a circulação de conteúdos sem qualquer controle acerca de sua veracidade, bem como produziu o que se convém chamar de um monopólio discursivo da informação. Isto é, as pessoas passaram a buscar informações de fontes únicas às quais atribuem autoridade, sem questioná-las ou confirmá-las.

Por fim, convém destacar a atuação de páginas hospedadas nas redes sociais, igualmente responsáveis pela produção, circulação e conseqüentemente pelo consumo e reprodução de notícias falsas e antidemocráticas. Nesse sentido, a título de exemplo, destacamos como esse modo de atuação de páginas nas redes sociais é demonstrado em um estudo conduzido por Massuchin, Orso e Saleh (2021), que, ao analisarem 2.872 postagens feitas pelas páginas *Direita Brasil* e *Verde e Amarela* na rede social Twitter entre janeiro de 2020 e junho de 2021, constataram que 17% desse número total de postagens contêm ataques às instituições democráticas e seus representantes. Nesse cenário, tais ataques foram endereçados prioritariamente ao Supremo Tribunal Federal (instituição), ao Legislativo (Senado e Câmara), a deputados, a senadores e a ministros do Supremo Tribunal Federal. Além disso, ao observarem os tipos de ataques, constataram que em sua maioria (81,3%) tratava-se de ataques diretos a princípios da democracia, representados por essas instituições e seus atores sociais.

Diante dessa conjuntura, observamos que as redes sociais, e em especial o Twitter nos estudos comentados, possuem um papel de imensa relevância no que concerne à hospedagem, à produção, ao consumo e à reprodução de informações falsas que causam prejuízos à democracia. Portanto, podemos inferir que as redes sociais constituem importantes mecanismos para a promoção da visibilidade de informações, sejam elas verdadeiras ou não. Além disso, se por um lado o Twitter organiza sua plataforma em *trending topics*, o que viabiliza a visualização de assuntos impulsionados por atores sociais humanos e *bots*, por outro, a rede social Instagram viabiliza que os atores sociais reajam e se posicionem em relação aos diversos tipos de informação com que têm contato, sistematizando assim um nicho semiótico representativo das próprias construções discursivas produzidas e reproduzidas com fins antidemocráticos - e que, a exemplo da rede social Instagram, se materializam, entre outros modos, na forma de comentários públicos. A fim de analisarmos esses comentários e refletirmos sobre sua constituição semiótica e discursiva, apresentamos, na próxima seção, o marco teórico norteador de nossas interpretações.

Estudos Críticos do Discurso

Os Estudos Críticos do Discurso constituem uma abordagem interdisciplinar que, de modo geral, busca contribuir para o entendimento das relações dialéticas entre as práticas discursivas e a (re)construção da ordem social (Flowerdew; Richardson, 2018). Compreendemos que a ordem social é formada por um conjunto de práticas sociais que, por sua vez, na medida em que possuem um aspecto semiótico, produzem ordens discursivas (Fairclough, 2001). Essas ordens discursivas, no entanto, como a própria ordem social, não são estáticas ou imutáveis. Pelo contrário, é premissa dos estudos críticos discursivos que as análises semiótico-discursivas possam contribuir para mudanças na ordem social - mudanças estas que podem começar por mudanças na própria ordem discursiva. No entanto, como aponta Fairclough (2018; 2001), o papel da semiose em uma ordem social não pode ser tomado por certo - isto é, analisado superficialmente. Ao contrário disso, ele deve ser analisado sistematicamente e em profundidade para que ações efetivas possam ser traçadas.

No contexto deste estudo, portanto, adotamos a abordagem dialético-relacional de Fairclough (2018; 2001) para conduzirmos nossa discussão acerca dos discursos antidemocráticos dirigidos ao Tribunal Superior Eleitoral. Em resumo, essa abordagem busca traçar as relações existentes entre a crítica, a explanação e a ação. Procuramos focar esta discussão em 4 etapas preconizadas pelo autor no decorrer de seus trabalhos: Primeiramente, recorreremos à crítica normativa, através da identificação do problema social que contenha um aspecto semiótico a ser investigado. No contexto deste estudo, fazemos referência aos comentários antidemocráticos como um dos elementos semióticos de um problema social mais abrangente: os ataques sistemáticos às democracias e, neste caso específico, à democracia brasileira. Em um segundo momento, nos concentramos na crítica explanatória, que consiste em apontar que aspectos da realidade social existente produzem o discurso criticado normativamente e, por sua vez, constituem obstáculos para que o problema seja superado - neste caso, aspectos da ordem social que resultem em discursos antidemocráticos. Posteriormente, conduzimos uma crítica explicativa que busca apontar quais as consequências dos discursos normativamente criticados para a realidade social - isto é, que efeitos esses discursos têm ou podem ter sobre a ordem social, bem como se, de algum modo, ela requer a existência do problema. Por fim, apresentamos proposições que possam mudar a ordem social através de mudanças nas práticas discursivas e na própria organização das práticas sociais.

Linguística Sistêmico-Funcional

No campo dos Estudos Críticos do Discurso, a linguagem é compreendida como parte integrante das práticas sociais. Desse modo, para compreendermos como tais práticas se organizam, não é possível desvincular o estudo dos aspectos micro-textuais (a descrição linguística) dos aspectos macro-discursivos (análise discursiva). Por esse motivo, recorreremos à Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) para descrição linguística dos dados. A LSF pode ser compreendida como uma teoria sociossemiótica que compreende a linguagem como funcional, semântica, contextual e semiótica (Halliday; Matthiessen, 2014). Nesse sentido, usamos a linguagem com o propósito de nos comunicarmos, e ao usá-la, produzimos sentidos que estão diretamente implicados nos seus contextos de uso. Além disso, os modos de uso da linguagem não são meramente aleatórios. Pelo contrário, ao nos comunicarmos, fazemos escolhas semióticas específicas que dialogam com os contextos em que tais escolhas são feitas e produzem padrões de experiência quanto às formas de percebermos e representarmos a vida social semioticamente.

Partindo-se dessa premissa, é preciso compreender como a LSF teoriza a noção de contexto. De modo geral, a LSF considera três elementos essenciais para a construção da dimensão contextual situacional de produção de um texto (Bloor; Bloor, 2018): o campo (*field*), que diz respeito ao assunto tratado - isto é, o que está sendo textualmente representado e/ou recontextualizado; as relações (*tenor*), que tratam dos graus de relação e hierarquia entre os participantes de um determinado evento discursivo; e o modo (*mode*), que trata das formas de registro do evento discursivo³. Essas dimensões serão retomadas na seção analítica a fim de delimitar o contexto situacional das práticas discursivas antidemocráticas analisadas neste estudo.

Considerando que as práticas discursivas ocorrem em contextos situacionais específicos, ao olharmos para as textualizações produzidas pelos autores dos comentários devemos ainda levar em conta que a linguagem comporta simultaneamente nessas práticas pelo menos três dimensões de significados, entendidas no campo da LSF como metafunções: ideacional, relacional e textual (Halliday; Matthiessen, 2014; Bloor; Bloor, 2018). A metafunção ideacional está relacionada aos modos como a linguagem é utilizada para representar e/ou recontextualizar práticas sociais e aspectos da realidade (como quando, por exemplo, o resultado das eleições é referido como um *erro*). Por sua vez, a metafunção

³ As traduções utilizadas para os termos *field*, *tenor* e *mode* estão contidas em Cabral *et al.* (2021): LISTA DE TERMOS DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: LÉXICO-GRAMÁTICA.

relacional diz respeito aos modos como a linguagem é utilizada para estabelecer diferentes graus de relacionamento entre os participantes (como é o caso do uso de eufemismo e ironia para conotar o desvio de votos em “*Só não sei pra onde foi o meu voto 😅*” e “*Dois órgão super confiáveis OAB e TSE 🤔*”). Por fim, a metafunção textual está relacionada ao modo de organização do texto, principalmente no que diz respeito às informações incluídas (considerando-se o que se espera de cada gênero textual em termos da sua formalidade) e o grau de supressão ou evidência dado às diferentes informações que, respectivamente, poderiam estar ou se encontram no texto. A título de exemplo, nos dados analisados, os registros são predominantemente informais, como se observa em “*Me poupe né, desde quando relatório da OAB é confiável.... Parem de nos tirar de trouxas, cansamos, chega*”.

Desse modo, para a análise semiótica dos comentários, optamos por recorrer às 10 perguntas relacionadas a vocabulário, à gramática e organização textual apresentadas por Fairclough (1989, p. 109-139) e orientadas pela perspectiva de descrição linguística da LSF. Tendo isso em mente, a seguir apresentamos a metodologia deste estudo, com a descrição de nossas escolhas analíticas.

Metodologia

Esta é uma pesquisa qualitativa que tem como objeto de estudo comentários publicados em postagens feitas na página do Tribunal Superior Eleitoral na rede social Instagram. Os comentários selecionados obedecem aos seguintes procedimentos e critérios de inclusão: Primeiramente, foram selecionadas postagens publicadas na página do TSE entre os dias 30 de outubro e 16 de novembro de 2022, imediatamente após o anúncio do resultado de segundo turno das eleições presidenciais no Brasil - compreendendo, assim, um período de pouco mais de duas semanas. Além disso, as postagens selecionadas necessariamente abordam o resultado do processo eleitoral e/ou o sistema de votação brasileiro - que envolve o uso de urnas eletrônicas -, bem como participantes e/ou instituições envolvidas neste processo. A partir desses critérios iniciais, foram selecionadas sete postagens, realizadas nas seguintes datas, com seus respectivos temas e número de comentários:

Tabela 1 – Postagens, temas e comentários

Data do post	Descrição do post	Número de comentários	Link de acesso
30 de outubro de 2022	Resultado das eleições	2.708	https://www.instagram.com/p/CkWx3yFprJV/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D

07 de novembro de 2022	Destques das eleições	639	https://www.instagram.com/p/CkrdezHPHyp/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D
08 de novembro de 2022	Processo eleitoral brasileiro ganha aprovação de instituições internacionais	2.106	https://www.instagram.com/p/Ckt7aXZtuLG/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D
09 de novembro de 2022	Relatório da OAB sobre as eleições de 2022	1.424	https://www.instagram.com/p/CkwXgb1Ar5r/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D
09 de novembro de 2022	Relatório do Ministério da Defesa sobre as eleições de 2022	9.610	https://www.instagram.com/p/CkweZdfONym/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D
09 de novembro de 2022	Missões nacionais atestam a credibilidade do sistema eletrônico de votação	1.154	https://www.instagram.com/p/CkwnDRopV7j/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D
16 de novembro de 2022	Pesquisadores de Universidades brasileiras rebatem informações falsas sobre urnas eletrônicas	2.263	https://www.instagram.com/p/CICkelpVNe/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando o elevado número de comentários contidos nas postagens, estabelecemos critérios específicos para sua seleção. Primeiramente, sistematizamos os comentários por ordem de apresentação quando as postagens eram acessadas a partir de nossos perfis na rede social no dia 08 de março de 2023. Em um segundo momento, para cada postagem, priorizamos os comentários que tivessem atingido um número superior a 100 curtidas, limitando-nos à inclusão de 10 comentários por postagem. Nos casos em que houvesse menos de 10 comentários por postagem obedecendo a este critério, incluímos os mais curtidos sequencialmente, ainda que tivessem menos de 100 curtidas, resultando em um total de 68 comentários. Na sequência, conduzimos uma análise preliminar e mantivemos apenas os comentários que, de algum modo, buscam questionar e/ou deslegitimar o resultado das eleições. Os comentários foram, então, organizados em uma tabela, por ordem de engajamento (do maior número de curtidas ao menor), a fim de serem analisados. Por fim, tendo conduzido a análise e identificado os principais padrões linguísticos, selecionamos alguns exemplos a fim de apresentá-los de forma ilustrativa no decorrer de nossa discussão.

Análise e discussão

Em atenção às etapas preconizadas por Fairclough (2018; 2001) e apresentadas anteriormente, damos início à análise com a identificação do problema social e sua respectiva contextualização. Consideramos que os discursos antidemocráticos constituem o problema social investigado - neste caso, um problema representado semioticamente pelos comentários

coletados na página do Tribunal Superior Eleitoral no Instagram.

Esse problema caracteriza um contexto específico. Quanto a seu campo, os comentários tratam da legitimidade do processo eleitoral brasileiro, uma vez que produzidos em contestação aos resultados das eleições imediatamente após seu segundo turno, ocorrido em 30 de outubro de 2022. Mais especificamente, tais comentários tratam da credibilidade das instituições democráticas e seus representantes, bem como de instrumentos democráticos, como é o caso da urna eletrônica e do resultado das eleições. Quanto às relações, observamos que os comentários são públicos, feitos em uma página oficial do Tribunal Superior Eleitoral, supostamente por atores sociais humanos⁴ membros da sociedade civil. Além disso, são direcionados ao Tribunal Superior Eleitoral e seus representantes, figuras institucionais e de autoridade, em uma rede com mecanismos de controle da informação. Embora a administração da página tenha o poder de filtrar, manter ou excluir tais comentários, aqueles que constituem nosso *corpus* analítico foram, evidentemente, mantidos na página do Tribunal. Por fim, no que diz respeito aos modos de organização textual, os comentários são produzidos de forma paratática⁵ - isto é, não apresentam uma estrutura textual interna necessariamente coesa, coerente ou complexa, embora dialoguem uns com os outros em termos de suas categorias temáticas, que se repetem.

No que concerne à identificação de obstáculos para a solução do problema através da análise de práticas a que ele se relaciona, da relação entre semiose e outros elementos desta rede de práticas, bem como do discurso, destacamos, em um primeiro momento, duas práticas sociais proeminentemente imbricadas a esse problema: governança e eleições. Como aponta Fairclough (2001), a governança consiste em uma prática social que, em si, impõe obstáculos substancialmente difíceis de serem solucionados ao abordarmos os problemas que a circundam.

O autor argumenta que

[...] governos nacionais estão substancialmente incorporados a redes mais amplas de práticas que incluem não apenas outros governos, como também agências intergovernamentais e/ou financiadas por eles (como é o caso da União Européia, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional) e outras redes de negócios. Os governos, como aponta Castells (1998) estão cada vez mais inclinados a representarem pontos de articulação dentro de uma rede transnacional baseada em uma complexa relação entre mercado e governança, servindo de modo central à criação das condições (financeiras, fiscais, legais, de capital humano) para uma competição de sucesso na 'nova economia global' dada como natural. Uma vez que a prática [da governança] se encontra entranhada a esta poderosa rede, há um obstáculo substancial em

⁴ Usamos a modalização *supostamente* por considerarmos a possibilidade de haver (ou não) *bots* responsáveis pelos comentários.

⁵ A parataxe ocorre quando duas ou mais frases se encontram conectadas sem conjunções ou elementos que expressem, de modo claro, coeso e coerente, a relação entre elas.

resolver o problema (Fairclough, 2001, p. 129-130, *tradução dos autores*).

Levando isso em consideração, faz-se necessário caracterizar a racionalidade governamental de Jair Messias Bolsonaro para uma melhor compreensão da relação entre sua prática governista e a prática das eleições, bem como dos obstáculos que se colocam à frente de possíveis soluções para o problema apresentado. Podemos compreender tal racionalidade governamental como “expressão do autoritarismo no Brasil do Presente, constituído a partir da convergência do reacionarismo político-cultural, militarismo e ultraliberalismo” (Araújo; Carvalho, 2021, p. 146), o que produz um cenário que nos coloca diante da ascensão de agendas ultraconservadoras assimiladas por discursos que são amplamente consumidos pela população através da rápida propagação de conteúdos falsos viabilizada pelas redes sociais.

Nesse cenário, constatamos que Jair Messias Bolsonaro também reuniu em seu governo a maior participação de militares já registrada na história do Brasil - o que resultou em uma tutela da República por parte de instituições e atores sociais militares, provocando assim rupturas na democracia (Vasconcelos Filho, 2021) e similitudes com o período militar brasileiro (Risso; Carvalho, 2022). Não obstante, observamos uma racionalidade ultraneoliberal na gestão de Jair Messias Bolsonaro, fortemente amparado por interesses de grandes corporações vinculadas aos setores da agroindústria, da mineração, bem como a religiosos. Como apontam Araújo e Carvalho (2021, p. 152):

Este governo, forjado a partir do Golpe 2016, instaura, assim, um projeto autoritário, conservador, alicerçado pelo desmonte dos direitos sociais, pela desestruturação do Sistema de Seguridade Social no País, pela redefinição do orçamento público, com a implementação da Emenda Constitucional nº 95, que instituiu, de forma abrupta e arbitrária, o Novo Regime Fiscal (NRF) para a União, pelos próximos vinte anos. Em um contexto de aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, a referida Emenda – originalmente, PEC 241/2016, denominada PEC da Morte – estabelece um teto de gastos para com as despesas primárias, destinadas a cada um dos poderes, limitando o crescimento anual dos gastos públicos à taxa de inflação de 2016 (BRASIL, 2016), colocando em questão a sustentação das políticas sociais, num processo de inflexão do financiamento público.

No entanto, para além de caracterizar o governo de Jair Messias Bolsonaro como ultraliberal, conservador e militarizado, como ilustram os exemplos acima, é preciso descrever seu perfil fascista a fim de que possamos compreender de forma macropolítica sua atuação na

prática social das eleições brasileiras. Nesse sentido, Richardson (2018) aponta que governos fascistas podem ser identificados a partir de cinco qualidades fundamentais, a saber: a) nacionalismo exacerbado; b) anti-marxismo e oposição à classe trabalhadora; c) defesa de uma política econômica capitalista; d) presença de ameaças à democracia a partir da interlocução entre esses elementos ideológicos; e) autoidentificação como um movimento político. Além disso, para o autor, o que define e caracteriza um movimento político como fascista, além de sua base popular massiva, é seu desprezo pela democracia:

Os três primeiros componentes ideológicos (nacionalismo, capitalismo, anti-Marxismo) são características comuns a muitas ideologias de direita, desde a direita tradicional até suas variações radicais e populistas; é seu *weltanschauung* antidemocrático e seus métodos violentos que separam o fascismo dos segmentos políticos de direita (Richardson, 2018, p. 449-450, *tradução dos autores*).

Jair Messias Bolsonaro pode, portanto, ser compreendido como um (ex)governante fascista, na medida em que seus discursos, inclusive aqueles que o elegeram como presidente do Brasil em 2018, possuem tanto teor antidemocrático como incitam a violência, com forte apoio das massas⁶. A exemplo disso, pode-se citar a ocasião em que, como candidato, falou em 'fuzilar a petralhada e enviá-los à Venezuela'⁷, em discurso de campanha promovido em 2018, antes de sua eleição como presidente do Brasil - em uma evidente incitação de ódio e desprezo à vida de seus opositores políticos. Pode-se citar, também, a ocasião em que negou a existência de racismo no Brasil⁸, bem como a ocasião em que defendeu que mulheres deveriam ganhar salários menores porque engravidam⁹.

Tais elementos, entre tantos outros, se alinham ao entendimento de que “o fascismo se baseia ‘em um elitismo radical que consiste na noção de que certos seres humanos sejam intrinsecamente, geneticamente melhores que outros, e que conseqüentemente poderiam ser tratados como se não tivessem o direito de existir’ (Renton 2000b: 77)”;

de que “o fascismo é 'inescapavelmente desigualitário' - na medida em que procura negar, e em exercício, reverter as pequenas vitórias progressistas que ajudam a amenizar a violência estrutural do capitalismo sobre as classes trabalhadoras”; e de que o fascismo deliberadamente "apoia políticas

⁶ Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, Jair Messias Bolsonaro obteve 58.206.354 votos no segundo turno das eleições presidenciais.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>. Acesso em: 21 jun. 2023.

⁸ Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/06/29/aqui-no-brasil-nao-existe-isso-de-racismo-diz-bolsonaro-em-fortaleza.htm>. Acesso em: 21 jun. 2023.

⁹ Disponível em:

<https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspolitica/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravidar/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

desigualitárias, na medida em que seus movimentos usam deliberadamente de ideologias para distorcer as frustrações e ansiedades da massa [...] com ênfase em conceitos essencialmente irracionais como autoridade, obediência, honra, propriedade ou raça, e em inimigos escondidos que teriam planos sinistros de sociedade e que ameaçam um almejado senso de comunidade" (Richardson, 2018, p. 449-451). Neste último caso, tais inimigos seriam, entre outros, as próprias instituições democráticas.

Portanto, ao falarmos de governança no período em que Jair Messias Bolsonaro exerceu o cargo de presidente do Brasil, é essencial compreendermos que, nas eleições de 2022, lidamos com a tentativa de reeleição de um governo/governante fascista. Desse modo, como dito anteriormente, parte de sua agenda envolve práticas antidemocráticas - e, dentre estas, o próprio ataque ao sistema eleitoral brasileiro, às urnas eletrônicas, a agentes e representantes estatais do sistema judiciário, legislativo e executivo, entre outros atores sociais. Esses ataques, por sua vez, buscavam desacreditar o sistema eleitoral e seus atores sociais participantes, em uma tentativa de frustrar qualquer resultado democrático que fosse contrário à sua reeleição.

Para uma compreensão mais aprofundada dessa conjuntura, a seguir explicamos brevemente como se organiza o sistema eleitoral brasileiro e, a partir disso, como se desenhou o contexto das eleições presidenciais no Brasil em 2018. Como nos aponta o Tribunal Superior Eleitoral (2009), a prática de eleições no Brasil decorre de séculos, mas podemos observar uma linha evolutiva que tem início na independência do Brasil, momento em que o país passa a buscar pelo aperfeiçoamento de sua legislação eleitoral. Pouco mais de um século depois, em 1932, a Justiça Eleitoral foi criada, passando a ser responsável "por todos os trabalhos eleitorais – alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos. Além disso, regulou em todo o país as eleições federais, estaduais e municipais" (TSE, 2009, p. 29). O Código Eleitoral de 1932 foi também responsável pela instituição do voto secreto, da participação de mulheres nas eleições, bem como do sistema de representação proporcional. Já em 1937, apenas cinco anos depois, a Justiça Eleitoral foi extinta pelo então presidente Getúlio Vargas, quando da instituição do Estado Novo, sendo recuperada no ano de 1945.

Nessa linha cronológica, posteriormente, a lei nº 2250 de 1955 alterou o Código Eleitoral, criando a cédula única de votação, prevendo resguardar a liberdade e o sigilo do voto e facilitar sua contagem nos pleitos eleitorais. Menos de uma década depois, teve início no Brasil o regime militar, marcado por

[...] uma sucessão de atos institucionais e emendas constitucionais, leis e decretos-leis com os quais o Regime Militar conduziu o processo eleitoral de

maneira a adequá-lo aos seus interesses, visando ao estabelecimento da ordem preconizada pelo movimento de 64 e à obtenção de uma maioria favorável ao governo. Com esse objetivo, o regime alterou a duração de mandatos, cassou direitos políticos, decretou eleições indiretas para presidente da República, governadores dos estados e dos territórios e para prefeitos dos municípios considerados de interesse da segurança nacional e das estâncias hidrominerais, instituiu as candidaturas natas, o voto vinculado, as sublegendas e alterou o cálculo para o número de deputados na Câmara, com base ora na população, ora no eleitorado, privilegiando estados politicamente incipientes, em detrimento daqueles tradicionalmente mais expressivos, reforçando assim o poder discricionário do governo (TSE, 2009, p. 31).

Passadas duas décadas, somente em maio de 1985, com a Emenda Constitucional nº 25, as eleições diretas para presidência e vice-presidência da República foram restauradas, bem como as eleições para deputados, senadores, prefeitos e vice-prefeitos de capitais e cidades relevantes à segurança nacional. Já a informatização das eleições teve início em 1996, ocasião em que mais de 30 milhões de eleitores fizeram uso de máquinas nas eleições municipais. Em 1998, nas eleições gerais, esse quantitativo ultrapassou as 70 milhões de pessoas; e a partir de 2000, todos os eleitores puderam fazer uso das urnas eletrônicas para votar. Como aponta o TSE (2009), o processo eleitoral se tornou mais seguro com a utilização da urna eletrônica, instrumento com diversas camadas de segurança (criptografia, cartões de memória, boletins de urnas, auditoria, entre outras) que visam garantir a lisura do processo eleitoral e impedir fraudes que atentem contra a democracia. Diante desse cenário, podemos perceber que o estabelecimento de um regime republicano democrático no Brasil, para além de recente, passou por diversas tentativas de seu enfraquecimento no decorrer da história. Cronologicamente, Jair Messias Bolsonaro surge em 2018 e posteriormente em 2022 como o candidato à presidência que representa a mais intensa nova onda de ataques ao sistema informatizado e seguro utilizado nas eleições brasileiras.

Em consonância com as reflexões anteriores, passamos à descrição da relação entre a semiose dos comentários e outros elementos desta rede de práticas - governança e eleições -, dando destaque, de forma exemplificativa, aos modos como Jair Messias Bolsonaro proferiu ataques ao sistema eleitoral brasileiro em um de seus discursos proferidos no dia 7 de setembro de 2021. Embora haja uma série de outras constatações de discursos antidemocráticos por parte do ex-presidente, inclusive na mesma data do ano posterior, decidimos focar nessa ocasião tanto em decorrência do espaço, como porque estava em exercício de seu mandato e teve seu alcance ampliado em razão do evento em celebração à independência do Brasil.

Em discurso proferido em São Paulo por ocasião do desfile em comemoração ao aniversário da independência do Brasil, Jair Messias Bolsonaro teceu ataques a governadores,

a ministros do Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral e ao sistema eleitoral brasileiro:

pior que o vírus foram as ações de alguns governadores e alguns prefeitos que simplesmente ignoraram a nossa Constituição, em especial o inciso do artigo 5º da mesma, onde tolheram a liberdade de expressão, tolheram o direito de ir e vir. Proibiram vocês de trabalhar e frequentar templos e igrejas para sua oração.

Quando um deputado ou senador começa a fazer algo que incomoda a todos nós, que está fora das 4 linhas, geralmente ele é submetido ao Conselho de Ética e pode perder o seu mandato. Já no nosso Supremo Tribunal Federal infelizmente isso não acontece. Temos um ministro do Supremo que ousa continuar fazendo aquilo que nós não admitimos. Logo um ministro que deveria zelar pela nossa liberdade, pela democracia, pela Constituição faz exatamente o contrário. Ou esse ministro se enquadra ou ele pede para sair. (...) Tem tempo ainda para arquivar seus inquéritos. Ou melhor, acabou o tempo dele. Sai, Alexandre de Moraes. Deixa de ser canalha. Deixe de oprimir o povo brasileiro.

Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições. Dizer também que não é uma pessoa do Tribunal Superior Eleitoral que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável porque não é. Não podemos admitir um ministro do Tribunal Superior Eleitoral também usando a sua caneta para desmonetizar páginas que criticam esse sistema de votação. Nós queremos eleições limpas, democráticas com voto auditável e contagem pública dos votos. Não podemos ter eleições que parem dúvidas sobre os eleitores. Nós queremos eleições limpas, auditáveis e com contagem pública dos mesmos. Não posso participar de uma farsa como essa patrocinada ainda pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Tais ataques diretos, inclusive nomeando um ator social específico e ministro do Supremo Tribunal Federal, são legitimados por Jair Messias Bolsonaro por uma suposta preocupação com a integridade e defesa da democracia:

Não podemos admitir que uma pessoa, um homem apenas turve a nossa democracia e ameace a nossa liberdade.

Como sempre... Dizer mais a vocês, nós acreditamos e queremos a democracia, a alma da democracia é o voto.

E não vamos mais admitir que pessoas como Alexandre de Moraes continuem a açoiar a nossa democracia e desrespeitar a nossa Constituição.

Entendemos, portanto, que seu discurso no dia 7 de setembro de 2021, em síntese repetido também em 7 de setembro de 2022, foi consumido, reproduzido e recontextualizado em diversos gêneros - entre os quais jornalísticos e midiáticos. Vemos, a exemplo disso, o aspecto semiótico dos comentários produzidos por atores sociais no Instagram após o anúncio do resultado das eleições presidenciais no Brasil.

Ao descrevermos tais comentários em seus aspectos experienciais, em nível de

vocabulário, observamos o uso de palavras que buscam demarcar o território ideológico do processo eleitoral: “crime”, “erro”, “roubalheira”, [falta de] “transparência”, “incongruências”, “falácias”, “injusto”, “obscuro”, [ausência de] “credibilidade”, “fake news”, “frágil”, “inconsistências”, “fraude”, [não] “confiável”. Destas, a que mais se repete é “credibilidade” (13x), usada de modo a caracterizar o processo eleitoral no Brasil como carente de credibilidade. Em segundo lugar, aparecem as palavras “crime” (6x) - utilizada por interlocutores que buscam associar a compensação do crime no Brasil à eleição, em uma suposta referência ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva - e [não] “confiável” (6x) - utilizada para caracterizar o processo eleitoral, seus instrumentos e atores sociais fiscalizadores como carentes de confiabilidade. Na sequência, observamos a palavra “fraude” (3x) e “sem transparência” (2x), conotando que o processo eleitoral tenha ocorrido sem transparência e tenha sido fraudado. Nesse cenário semiótico, as instituições democráticas são representadas como sem credibilidade, não confiáveis, responsáveis por fraudes eleitorais, sem transparência, o que como resultado leva à produção do discurso de que *o crime compensa* no Brasil - diante de uma suposta ineficiência ou complacência dessas instituições. Além disso, quando observamos os modos como as identidades sociais são construídas, temos os seguintes registros: *Lula* - “criminoso”, “ex-presidiário”; *TSE, OAB e Professores* - “sem credibilidade”; *Eleição* - “tendenciosa”, “fraudada”, “injusta”, “obscura”; *Justiça brasileira* - “não existe”; *o povo* - “enganado”, “feitos de palhaço”, “revoltado”.

Por sua vez, ao descrevermos os valores experienciais contidos nos aspectos gramaticais dos comentários, observamos a predominância de processos ligados ao Tribunal Superior Eleitoral, às urnas eletrônicas e às eleições. Nesse sentido, o TSE é predominantemente associado a processos relacionais que buscam qualificá-lo como sem credibilidade (i.e. “*TSE sem credibilidade*”, “*o TSE já perdeu a pouca credibilidade que ela ainda tinha*”, “*Vocês estão sem credibilidade!*”, “*PTSE credibilidade Zero*”), a processos comportamentais que buscam afirmar que a instituição trata a população como ingênua, com escárnio, sem seriedade (i.e. “*TSE continua fazendo piada e achando que o brasileiro é palhaço*”), a processos verbais que buscam afirmar que o TSE mente e propaga fake news (i.e. “*Estou lendo uma fake news. Do próprio TSE*”), a processos materiais que responsabilizam o TSE por esconder informações, restringir acesso a dados e criar obstáculos para a transparência (i.e. “*Liberem toda a informação e acessos pra auditoria sem esconder e restringir o que bem lhes entende*”, “*TSE não liberou acesso a tudo por que será em porque não liberou acesso total*”), e a processos mentais que o responsabilizam por manipular, enganar e escolher esconder informações da população, bem como por deliberadamente ser permissivo com a corrupção (i.e. “*querem fazer*

o povo de palhaço”, “TSE quer que nós Patriotas acreditem só no que eles falam sem nenhuma prova ou documentos”, “Sim estamos cientes da dimensão da roubalheiras que o TSE não quer enxergar!”).

Já as urnas eletrônicas são predominantemente qualificadas como inseguras através do uso de processos relacionais (i.e. *“Elegantemente eles [as forças armadas] disseram que as urnas eletrônicas não são 100% seguras”*), com a função de desviar votos, assim atribuída por processos materiais (i.e. *“Ninguém acredita mais nessas urnas eletrônicas que dão voto pro ex...”*), e associada a processos mentais em que aparece como beneficiária (no sentido gramatical), ao ser descredibilizada pela população (i.e. idem exemplo anterior). Por fim, as eleições são caracterizadas por processos relacionais como antidemocráticas (i.e. *“Eleição totalmente antidemocrática, sem transparência e com fraudes”*) e por processos materiais como ainda inacabadas (i.e. *“Pra mim a eleição ainda não acabou, e a injustiça não ficará encoberta”*).

Por sua vez, ao descrevermos os comentários em seus aspectos relacionais e textuais, observamos o uso predominante de um registro informal atravessado pelo uso de metáforas (i.e. *“TSE deve tá achando que a gente tbm acredita em papai noel rsrs”, “😂 resolveram fazer stand up agora?”*), por afirmações de modo declarativo para atribuir qualificações às instituições democráticas e, especialmente, ao TSE, e por afirmações de modo imperativo para demandar que o TSE seja transparente. É possível observar, também, uma polarização provocada pela semiose dos comentários, que por sua vez se traduz na demarcação de dois grupos de atores sociais: ‘nós’, conotando o povo, supostamente enganado por ‘vocês’, as instituições democráticas e, especialmente, o TSE (i.e. *“Vocês estão sem credibilidade!”*, *“Esse povo representante do TSE quer que nós Patriotas acreditem só no que eles falam”*). Por fim, é possível observar que conectores lógicos são raramente utilizados, e as frases são predominantemente paratáticas, podendo suas orações ser trocadas de lugar sem qualquer prejuízo a seus efeitos semânticos - revelando que não possuem entre elas relações explícitas de causa e efeito e que são omissas em linhas argumentativas que sustentem as acusações nelas contidas.

Diante desse cenário semiótico, sequencialmente faz-se necessário refletirmos acerca dos modos como a ordem social pode se beneficiar de tais discursos, bem como quais seus efeitos à sociedade. No primeiro caso, Jair Messias Bolsonaro, à ocasião presidente do Brasil e candidato à reeleição, constitui o primeiro ator social beneficiado por suposições de que o TSE tem o poder de manipular o resultado eleitoral. Nesse sentido, a descredibilização do Tribunal e do processo eleitoral serviam como base discursiva para o questionamento de qualquer

resultado eleitoral que viesse a posicioná-lo como perdedor nas eleições - o que foi antecipado por pesquisas registradas na Justiça Eleitoral e divulgadas pela mídia corporativa previamente ao primeiro¹⁰ e ao segundo¹¹ turno das eleições. Além disso, conforme matéria veiculada pelo jornal *O Globo*¹², em 4 de maio de 2023, o ex-presidente respondia, até a data, a 24 inquéritos envolvendo, por exemplo, fraudes em seu cartão de vacinação, peculato e responsabilização pelos ataques ocorridos em 8 de janeiro - de modo que a eleição, para o ex-presidente, o concederia a prerrogativa legal de contar com foro privilegiado, impedindo que fosse julgado pela justiça comum. Contudo, considerando sua expressiva campanha, tal benefício não pode ser compreendido de forma individualizada - pelo contrário, é preciso observar que outros atores sociais e instituições estão envolvidos nesse processo.

A exemplo desse contexto, com relação aos atores sociais, Reenlsober (2020) e posteriormente Reenlsober e Karhawi (2022) apontaram, respectivamente, 11 grupos de seguidores do ex-presidente na rede social Twitter, entre os quais estão anti-esquerdistas, conservadores, patriotas, cristãos, militares, candidatos políticos, bots e personalidades que vivem no exterior - e que se resumem, portanto, a dois grandes grupos: apoiadores e imprecisos. Já no que diz respeito às instituições, faz-se necessário compreender as (i) políticas ideológicas, (ii) econômicas, e (iii) de segurança e defesa do governo Bolsonaro. Como apontam Hirst e Maciel (2022, n. p.), essas políticas representaram, respectivamente, (i) “insumo narrativo do projeto de poder nacional e aprofundamento dos vínculos de atores internos com governos e organizações identificados com o ideário da extrema direita internacional”, (ii) o “aprofundamento da agenda de reformas econômicas de cunho liberal, fortalecimento do agronegócio e defesa do capital financeiro”, bem como (iii) o “controle militar de cargos ministeriais de primeiro escalão, ampla presença corporativa na administração pública federal, redefinição de parâmetros da Política Nacional de Defesa, acesso a fatias orçamentárias para o sistema de privilégios e fortalecimento de programas estratégicos”.

Esse cenário nos evidencia que, por um lado, os discursos antidemocráticos contestando a derrota do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, por ele endossados, reproduzidos e recontextualizados, beneficiam agendas liberais-conservadoras e anti-progressistas. Tais

¹⁰ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-datafolha-para-presidente-lula-tem-47-e-bolsonaro-33/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

¹¹ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

¹² Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/fraude-em-vacinacao-joias-sauditas-8-de-janeiro-inqueritos-e-acoas-contra-bolsonaro-chegam-a-24-entenda.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2023.

discursos beneficiam, portanto, grupos transnacionais de governos de direita, militares, líderes religiosos, bancos privados, investidores, grandes empresários, latifundiários e garimpeiros com interesses no cerceamento de direitos trabalhistas, à demarcação de terras dos povos originários, bem como no cerceamento da fiscalização ambiental.

Tais atores sociais e instituições, ao se beneficiarem de discursos antidemocráticos, produzem implicações ideológicas e efeitos materiais. Isto é, ao olharmos para quem essa ordem discursiva beneficia, vemos também como esses grupos e setores atuam diretamente ao moldar as políticas e práticas sociais de acordo com seus interesses privados, resultando assim, na propagação de desinformação como senso comum, bem como em atos antidemocráticos. Para esses grupos, a falta de regulamentações mais rígidas representa uma oportunidade de obter ganhos financeiros sem restrições. No entanto, seu apoio à governança de Jair Messias Bolsonaro tanto produz quanto resulta em ataques materiais às instituições democráticas, como é o caso dos comentários observados na página do Tribunal Superior Eleitoral. Além disso, esses ataques ganharam proporções ainda maiores no dia 8 de janeiro de 2023, quando centenas de pessoas invadiram e depredaram os prédios da Câmara Federal, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, ameaçaram atores sociais e instituições democráticas, e pediram por uma intervenção militar na tentativa de causar uma ruptura na ordem social. Ainda nesse contexto, tais ataques foram organizados, estimulados e financiados pelos grupos citados acima, entre os quais empresários do agronegócio, latifundiários e políticos de direita no Brasil.

Essas ações violentas contra a eleição democrática do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela tomada de poder por militares em defesa de Jair Messias Bolsonaro, e de ataques diretos, simbólicos e materiais às instituições democráticas, consolidam a caracterização fascista de seu modo de governar. Nesse sentido, como nos aponta Richardson (2018, p. 451),

a política contemporânea apresenta duas estratégias discursivas recorrentes para partidos fascistas: sua dissociação do fascismo ou sua redesignação. Partidos que optam pela segunda opção necessariamente se posicionam fora do espectro democrático, levando o partido a um caminho pseudo-revolucionário, buscando assegurar sua permanência no poder através do uso de violência e ‘política de rua’ (Richardson 2011, 2013; Rudling 2013).

Diante desse cenário, apresentamos algumas alternativas que buscam contribuir para a solução do problema discutido até aqui, entre elas: (i) a efetiva responsabilização civil e criminal de atores sociais e autoridades responsáveis pela disseminação de discursos contra a democracia e suas instituições; (ii) a regulamentação das redes sociais, através da imediata aprovação do Projeto de Lei 2630/2020, que trata da Lei Brasileira de Liberdade,

Responsabilidade e Transparência Digital na Internet¹³; (iii) a declaração de inelegibilidade do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro por crimes contra a democracia, uma vez que protagoniza ataques antidemocráticos testemunhados desde seu mandato até os dias atuais; (iv) a suspensão das redes sociais do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, bem como de políticos e membros da sociedade civil que as instrumentalizam para a incitação de práticas antidemocráticas e discursos de ódio; (v) a produção e circulação de conteúdos midiáticos acessíveis, inclusive em TV aberta, em larga escala e em horários diversos, voltados ao letramento político e aos princípios das democracias; (vi) um amplo movimento extensionista das universidades públicas brasileiras voltado à educação política para a democracia, com foco às demandas sociais emergentes no Brasil e à formação universitária; (vii) a incorporação obrigatória nos currículos educacionais de práticas de letramento digital e político com foco ao desenvolvimento de habilidades de identificação de notícias falsas no cenário político; (viii) a implementação de habilidades específicas na Base Comum Curricular voltadas à história e organização do sistema eleitoral no Brasil; (ix) a criação de um programa descentralizado de metas municipais e estaduais buscando atingir os objetivos da Secretaria Nacional de Políticas Digitais associados ao combate à desinformação, instituindo-se contrapartidas do governo federal a estados e municípios; (x) a ampliação do número de funcionários de plataformas digitais e redes sociais, bem como sua capacitação, responsáveis pela análise de denúncias envolvendo informações falsas e discursos de ódio; (xi) a priorização de recursos humanos em substituição às ferramentas de detecção de palavras em textos produzidos nas redes sociais, uma vez que tais ferramentas falham na identificação de discursos e priorizam a identificação de itens lexicais descontextualizados.

Considerações finais

Feitas essas considerações, apresentamos uma breve meta-análise de nossa discussão. Para isso, retomamos nossos objetivos, que consistiram em investigar como os comentários analisados se referem aos atores sociais TSE, resultado das eleições e urnas eletrônicas. Em nossa análise, observamos que o TCE é predominantemente qualificado como sem credibilidade, as urnas eletrônicas como não confiáveis e as eleições como fraudadas - sendo estes os tipos específicos de discursos antidemocráticos identificados no decorrer da análise.

Além disso, observamos que os atores sociais se identificam como patriotas e são opositores do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A partir dessas constatações, discutimos a produção deste problema - isto é, o que faz com que tais discursos

¹³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256735>. Acesso em: 19 dez. 2023.

antidemocráticos sejam produzidos e reproduzidos de forma massiva -, suas implicações para a ordem social e possíveis soluções para superá-lo. Nesse sentido, observamos que as redes sociais têm sido referenciadas na literatura como um meio emergente de produção e circulação de discursos antidemocráticos, com uma capacidade de replicação e alcance nunca antes vistas na história da justiça eleitoral brasileira, o que foi corroborado por este estudo. Não obstante, discutimos os modos como a atuação direta do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, no exercício da presidência, resultaram e provocaram o aumento de ataques às instituições.

Esperamos, com isso, e com as ações apresentadas para o enfrentamento de discursos antidemocráticos, que este artigo possa contribuir com perspectivas linguísticas e discursivas para o combate ao fenômeno crescente dos ataques às instituições democráticas, corroborando com a responsabilização efetiva de atores sociais responsáveis pela produção e reprodução de tais ataques - a exemplo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, neste texto classificado como fascista e como seu principal incitador - de modo que sejam impedidos de concorrer a eleições futuras. Além disso, recomendamos pesquisas futuras que procurem explorar outros aspectos relacionados à semiose de comentários semelhantes - a exemplo dos modos de legitimação dos discursos antidemocráticos. Como leitores, identificamos um modo de legitimação por autoridade, em referência às forças armadas como opositoras das instituições democráticas, o que, a nosso ver, merece uma análise mais aprofundada neste e em outros gêneros e práticas sociais.

Por fim, encorajamos leitores, professores e pesquisadores a produzirem conteúdos acessíveis, voltados ao letramento político em suas esferas de convivência pessoal e atuação profissional, de modo a se alinharem às recomendações apresentadas acima. Em especial, recomendamos enfaticamente que docentes do magistério superior e/ou básico, técnico e tecnológico coordenem projetos de extensão voltados ao letramento político da sociedade e capazes de habilitar a sociedade civil a identificar e combater ataques às democracias.

Referências

- ARAÚJO, M. DO S. S.; CARVALHO, A. M. P. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 1, p. 146–156, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75280>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- BERNARDI, A. J. B.; MORAIS, J. A. Fascismo à brasileira? Análise de conteúdo dos discursos de Bolsonaro após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 48, p. 300–327, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/72401>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BLOOR, M.; BLOOR, T. Systemic Functional Linguistics. *In*: FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. E. (ed.). **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**. Abingdon: Routledge, 2018. Cap. 10. p. 151-164.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Lei nº 2.250, de 25 de julho de 1955**. Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2550-25-julho-1955-361095-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2630/2020**. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256735>. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985**. Altera dispositivos da Constituição Federal e estabelece outras normas constitucionais de caráter transitório. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc25-85.htm. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **O sistema eleitoral brasileiro: síntese e história**. Brasília: TSE, 2009. 48 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5505>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Painéis de resultados**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/pain%C3%A9is-de-resultados?session=278587101539>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CABLE NEWS NETWORK. **Pesquisa Datafolha para presidente: Lula tem 47%; e Bolsonaro, 33%**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-datafolha-para-presidente-lula-tem-47-e-bolsonaro-33/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CABRAL, S. R. S. *et al.* LISTA DE TERMOS DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: LÉXICO-GRAMÁTICA. **Organon**, v. 36, n. 71, p. 483–495, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/230765>. Acesso em: 29 jun. 2023.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. New York: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. CDA as a method for social scientific research. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001. Cap. 6. p. 121-138.

FAIRCLOUGH, N. CDA as dialectical reasoning. *In*: FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. E. (ed.). **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**. Abingdon: Routledge, 2018. Cap. 1. p. 13-25.

FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. E. (ed.). **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**. Abingdon: Routledge, 2018.

GULLINO, D.; COPLE, J. **Fraude em vacinação, joias sauditas, 8 de janeiro: inqueritos e ações contra Bolsonaro chegam a 24; entenda os casos**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/fraude-em-vacinacao-joias-sauditas-8-de-janeiro-inqueritos-e-acoes-contra-bolsonaro-chegam-a-24-entenda.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2023.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. 4. ed., Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.

HIRST, M.; MACIEL, T. A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NOS TEMPOS DO GOVERNO BOLSONARO. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771>. Acesso em: 18 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). **Confiança nas Instituições Brasileiras (ICS)** – junho de 2018. Brasil. CESOP, 2018. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4476. Acesso em: 29 jun. 2023.

LIMA, V. **Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida**. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspolitica/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MASSUCHIN, M. G.; ORSO, M.; SALEH, D. M. Valores antidemocráticos e ataque às instituições: comportamentos da direita on-line a partir da análise das contas “Direita Brasil” e “Verde e Amarela” no Twitter. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 49, p. 39–72, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/84722>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PESQUISA ELEITORAL: **Datafolha, pesquisa para presidente**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

PODER 360. **No Acre, Bolsonaro fala em “fuzilar a petralhada” e enviá-los à Venezuela - 1o.set.2018**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>. Acesso em: 21 jun. 2023.

PODER 360. **Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro no ato de 7 de setembro em São Paulo**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

RAMOS, G. **“Aqui no Brasil não existe isso de racismo”, diz Bolsonaro em Fortaleza**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/06/29/aqui-no-brasil-nao-existe-isso-de-racismo-diz-bolsonaro-em-fortaleza.htm>. Acesso em: 21 jun. 2023.

RECUERO, R. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 20, n. 3, p. 383–406, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398202014635>. Acesso em: 29 jun. 2023.

REENLSOBER, D. **ETHOS NAS REDES: QUEM SÃO OS SEGUIDORES DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mídia, Informação e Cultura) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 36. 2020. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/pt-br/tcc_celacc/ethos-nas-redes-sao-seguidores-jair-bolsonaro-twitter. Acesso em: 29 jun. 2023.

REENLSOBER, D.; KARHAWI, I. ETHOS NAS REDES: OS SEGUIDORES DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER. **Revista GEMInIS**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 167–187, 2022.

DOI: 10.53450/2179-1465.RG.2022v13i1p166-187. Disponível em:

<https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/636>. Acesso em: 19 jun. 2023.

RICHARDSON, J. E. Fascist Discourse. *In*: FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. E. (ed.). **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**. Abingdon: Routledge, 2018. Cap. 30. p. 447-462.

RISSO, L. C.; CARVALHO, C. R. O governo Bolsonaro e similitudes com o período da ditadura militar no Brasil nas questões indígenas e ambientais. **Revista Formação** (Online), v. 54, n. 29, p. 331-356, 2022. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/8726>. Acesso em: 29 jun. 2023.

VASCONCELOS FILHO, A. A. DE. MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO: tutela à democracia brasileira? **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 1, n. 26, p. 291–309, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/57873>.

Acesso em: 29 jun. 2023.

Sobre os autores

Pedro Gustavo Rieger (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3673-5565>)

Doutorado e Mestrado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (PPGI/UFSC). Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas.

Luana Garbin (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1435-9965>)

Mestrado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (PPGI/UFSC). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Federal de Santa Catarina.

Recebido em junho de 2023.

Aprovado em novembro de 2023.